

## A presença do ecletismo no serviço social brasileiro

*The presence of eclecticism in brazilian social work*

Géssica Tamires da Silva Anselmo\*  
Mônica Barros da Nóbrega \*\*

### RESUMO:

O presente artigo tem como tarefa discutir sobre o ecletismo, recuperando sua origem e desenvolvimento, ressaltando a sua função ideopolítica e as suas inflexões no Serviço Social brasileiro, especialmente na produção de conhecimento teórico na área. Buscou-se destacar o histórico conservadorismo presente na profissão e o ideário pós-moderno, enquanto, mediações significativas para a permanência do ecletismo no Serviço Social. Seguiu-se o percurso metodológico pautado pela revisão bibliográfica e teve como suporte a Teoria Social Crítica. Ao longo do estudo foi possível constatar que a recorrência do ecletismo no Serviço Social brasileiro está vinculada à trajetória histórica da profissão, em particular, a sua estrutura sincrética e a sua problemática apropriação da teoria social de Marx. O discurso da pós-modernidade carrega um traço neoconservador que reatualiza procedimentos teórico-metodológicos do conservadorismo e do ecletismo.

**Palavras-chave:** serviço social; produção de conhecimento; ecletismo.

### ABSTRACT:

*The purpose of this article is to discuss eclecticism, recovering its origin and development, emphasizing its ideopolitical function and its inflections in the Brazilian Social Service, especially in the production of theoretical knowledge in the area. We seek to highlight the historical conservatism present in the profession and the postmodern ideas as significant mediations for the permanence of eclecticism in Social Work. We followed the methodological path based on the bibliographic review and we supported the Critical Social Theory. Throughout the study it was possible to verify that the recurrence of eclecticism in Brazilian Social Work is linked to the historical trajectory of the profession, in particular, its syncretic structure and its problematic appropriation of Marx's social theory. The post-modern discourse carries a neoconservative trait that updates the theoretical-methodological procedures of conservatism and eclecticism.*

**Keywords:** social service; knowledge production; eclecticism.

---

\* Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

\*\* Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora efetiva do departamento e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

## Introdução

A presente discussão é fruto dos estudos realizados durante a elaboração do trabalho de conclusão de curso intitulado “A Recorrência do ecletismo no Serviço Social brasileiro: uma discussão necessária à dimensão teórico-metodológica e ideopolítica da profissão.”, apresentado em 2017 à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, acrescido de modificações e revisões. O artigo tem como objetivo suscitar uma discussão a respeito do ecletismo no Serviço Social brasileiro, uma questão recorrente na história da profissão.

O ecletismo, para Tonet (1995, p. 35) se constitui “na liberdade de tomar ideias de vários autores e articulá-las segundo a conveniência do pensador, sem, contudo, verificar com rigor a compatibilidade de ideias e paradigmas diferentes, resultando numa verdadeira ‘colcha de retalhos’”. Logo, não possibilitando a apreensão da realidade para além de suas formas fenomênicas.

Na atual dinâmica e complexa realidade em transformação, que produz rapidamente questões que necessitam ser desvendadas, particularmente, o conhecimento teórico que apreenda o real na sua totalidade é imprescindível no cotidiano de trabalho do/a assistente social.

É consensual entre os estudiosos do Serviço Social brasileiro, particularmente aqueles que se fundamentam na teoria social crítica, que a presença do ecletismo na profissão reforça posicionamentos teórico-metodológicos e ideopolíticos conservadores, os quais são muito úteis ao capitalismo como estratégia de manutenção do seu sistema e dos meios de exploração do trabalhador e de sua força de trabalho. Portanto, fere o compromisso ético-político assumido pela categoria profissional, expresso no projeto ético-político, o qual está vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, “sem dominação e sem exploração de classes, tendo em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central”, (PAULO NETTO, 1999, p. 104) e que defende o pluralismo no exercício profissional e na sociedade.

Para a construção deste artigo, foi adotado um arcabouço teórico que contempla os processos relacionados à reestruturação do capitalismo contemporâneo e seus desdobramentos nas mais variadas esferas da vida, como na economia, política, cultura etc., pois para justificar as

transformações operadas nessas esferas, o capitalismo necessita de ideologias, tais como a ideologia pós-moderna, que como será visto, é um espaço fecundo para o ecletismo.

O presente artigo está estruturado em três seções. Na primeira, foi realizada uma breve recuperação histórica sobre a origem e desenvolvimento do ecletismo, destacando a sua função ideopolítica na sociedade burguesa. Na segunda foi abordado o histórico conservadorismo presente na profissão, um grande componente ideo-teórico que contribui para a permanência do ecletismo na produção teórica do Serviço Social; em seguida, tratou-se do pluralismo, que diferentemente do ecletismo, consiste em um debate sobre as várias tendências teóricas e o sincretismo que comparece como um traço constitutivo da profissão, que, inevitavelmente, traz consigo o ecletismo. Na terceira e última seção foi tecida algumas considerações acerca das atuais configurações do mundo do trabalho e sobre o ideário pós-moderno, enquanto mediações significativas para a permanência do ecletismo no Serviço Social brasileiro. Por fim, apresenta-se as aproximações ao tema e as referências utilizadas.

### **As raízes do ecletismo e sua função ideopolítica na restauração da Monarquia Francesa**

O conceito de ecletismo é oriundo do grego Ek-Léghein, que significa “escolher e reunir de várias partes” (REALE; ANTISERI, 1990, p. 276). Como sugere o próprio significado, o ecletismo acontece quando se tenta “escolher e reunir” elementos de distintas perspectivas teóricas de forma a incorporá-las como se fossem partes de uma mesma matriz teórica. Constitui-se, pois, na incorporação acrítica de perspectivas teóricas variadas sem que haja coerência entre tais perspectivas.

O ecletismo propõe uma aparente harmonia filosófica. É na tentativa de criar um falso consenso entre elementos de diferentes teorias que as ideias são misturadas de maneira equivocada, de tal forma que suas contradições internas são desconsideradas.

Na perspectiva que se defende neste artigo, materialismo histórico dialético, para que que seja possível compreender o ecletismo enquanto postura filosófica, é importante que se conheça tanto as forças produtivas – tendo em vista que o desenvolvimento das forças produtivas na sociedade do capital começa a demandar novos condicionamentos ideopolíticos capazes de sustentar os novos padrões de vida material – quanto o solo histórico que o

constituiu. Sendo assim, destaca-se a França Restaurada em pleno processo de industrialização capitalista como o terreno que fundamentou a postura eclética na modernidade.

A partir do colapso do sistema feudal no século XV, a burguesia passou a ganhar força dentro da sociedade europeia, começando a empreender o processo de instauração de um novo padrão de sociabilidade, apoiado na defesa de valores de liberdade, igualdade e fraternidade.<sup>1</sup>

Nesse contexto, alguns movimentos intelectuais começam a surgir e passam a entrar em conflito com o pensamento hegemônico existente, tendo em vista que tais movimentos passaram a refutar os conhecimentos fundamentados em crenças e dogmas religiosos. A partir da Modernidade se institui um novo modelo explicativo da realidade, fundado no primado da razão.

A modernidade trouxe inegáveis avanços do ponto de vista tecnológico, econômico-industrial, filosófico dentre outros. A burguesia em um primeiro momento, desempenhou um importante papel revolucionário. Porém, ao conquistar o poder econômico e político, durante o século XVII, passou a impedir os conteúdos progressistas constitutivos da vida moderna, com vistas a manter-se como classe dominante, priorizando seus interesses particulares. Dessa forma, a burguesia abandonou seus ideais progressistas e se empenha na manutenção de seu *status quo*.

No intuito de se consolidar como classe dominante no movimento de expansão do capital em sua fase imperialista, a burguesia passou a investir em pensamentos filosóficos que permitissem o controle e a manutenção do seu sistema. Foi nesse contexto que o ecletismo passou a ser utilizado para atender à necessidade de controle e de manutenção da ordem burguesa no movimento de expansão e consolidação do capitalismo na França, tendo como principal função conciliar as necessidades da burguesia e “acalmar” os movimentos de contestação operária.

---

<sup>1</sup> A defesa desses valores se inscrevem no contexto dos séculos XVII e XVIII, período de ascensão da burguesia que estava reivindicando uma maior representação política frente à nobreza e ao clero que usufruíam de privilégios como isenção de impostos e direitos a receber diversos tributos feudais. Para maiores aprofundamentos sobre a Revolução Francesa sugere-se o seguinte autor: SOBOUL, Albert. **A revolução Francesa**: edição comemorativa do bicentenário da Revolução francesa. 9 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

Os ideais da Revolução Francesa sempre representaram uma ameaça aos governos absolutistas de toda a Europa. Eram tidos como ideais subversivos, sob a justificativa de que colocariam em risco o equilíbrio do continente europeu. Os princípios revolucionários se expandiram para além da França, chegando, em 1795 e 1799, a países como Holanda e Suíça. Conforme Georges (1993), Napoleão Bonaparte foi um grande expansionista dos ideais revolucionários. Em 1799, Napoleão, juntamente com a aliança de outros líderes, comandou um golpe de Estado (conhecido como 18 Brumário de Napoleão Bonaparte) e assumiu o Governo da França. O poder burguês passou a se consolidar em várias regiões da Europa, o que acabou levando vários países à guerra.

Ainda de acordo com Georges (1993), países europeus como Rússia, Áustria e Prússia viam a ascensão de Napoleão como uma ameaça aos seus governos absolutistas. Esses governos temiam que através da consolidação dos projetos burgueses, mudanças semelhantes fossem exigidas em seus países. Assim, foram formadas diversas alianças para combater o governo francês, o que acabou culminando em 1815 na derrota de Napoleão Bonaparte em uma batalha em Waterloo. Após a derrocada de Napoleão, os governos absolutistas passaram a investir no reestabelecimento da ordem vigente na Europa antes da Revolução Francesa, resultando no processo de Restauração da Monarquia Absolutista na França.

É nesse contexto que o ecletismo passa a ser utilizado como ferramenta no âmbito político-ideológico para conseguir a Restauração Monárquica. Através do seu teor conservador, o ecletismo foi utilizado pelos pilares da tradição aristocrática (o rei e a Igreja Católica), para desempenhar uma retomada na valorização da cultura da aristocracia francesa, do tradicionalismo fundado na autoridade aristocrática, do poder do rei e da fé católica. A sociedade deveria procurar restabelecer os valores da religião e da moral. As defesas dos interesses da aristocracia foram mais rígidas nos governos de Luís XVIII e Carlos X (ROCHA, 2005).

O ecletismo passou a ser uma doutrina muito difundida na época da Restauração Monárquica Francesa e teve como principal elaborador, o filósofo Victor Cousin (1792-1867). De acordo com Mora (2004), Cousin era uma figura pública que tinha muita influência na França. O prestígio de Cousin, assim como de sua filosofia, foi ganhando espaço e o filósofo acabou ocupando vários cargos importantes, sendo, por exemplo, durante o reinado de Luís XVIII,

nomeado oficial diretamente ligado à coroa. Nesse momento, Cousin articulou importantes mecanismos políticos de controle no sistema educacional. Sempre foi estudioso de filosofia e acabou por privilegiar esse ensino.

Victor Cousin criou seu próprio sistema filosófico, usando vários outros sistemas de pensamento, por isso, sua doutrina é chamada de ecletismo, pois pretendia “conciliar num sistema pouco definido aquilo que julgava verdadeiro em todos os sistemas, considerados manifestações parciais de uma verdade única e mais ampla” (MORA, 2004, p. 792).

A filosofia de Victor Cousin combinava com os anseios da Monarquia de Luís XVIII. Seria impossível compreender a enorme força desta doutrina sem situá-la neste contexto, pois grande parte da influência obtida por Cousin e sua doutrina parece estar diretamente ligada a esse contexto. Ele via no ecletismo a possibilidade de combater a “filosofia do mal” do século XVIII, seja o empirismo ou o materialismo, que teriam trazido consequências sociais e políticas desastrosas durante a revolução. Seu sistema, ao contrário, trazia elementos necessários à ordem e à estabilidade, como a existência de Deus, o livre-arbítrio e uma clara distinção entre o bem e o mal.

Trata-se, portanto, de um ecletismo constituído, neste contexto, por uma filosofia confessional, que buscava atender aos interesses da burguesia industrial e também “manter afastados os fantasmas subversivos do materialismo”. Cousin considerava que o ecletismo fosse capaz de superar todas as diferenças entre os vários sistemas filosóficos, visto que seria um “sistema” de verdade mais “puro”, possibilitando o alcance de uma verdade superior. Através do ecletismo seria possível “pegar emprestado” o que cada sistema filosófico tinha de verdadeiro e excluir o que tinha de falso. Dessa forma, eliminando-se o erro que cada sistema possuía seria possível construir um sistema filosófico integral (FORMIGAZI, 1997, apud ROCHA, 2005, p. 64).

Com o intuito de desenvolver na sociedade uma desconfiança em relação a qualquer perspectiva de mudança, a filosofia tradicionalista, contrarrevolucionária, contribuía para a repressão aos movimentos insurrecionais liberais e socialistas ao pregar que “todo o mal proviria de um século de irreligião, com os seus pretensos filósofos e suas falsas doutrinas” (COSTA, 1999, p. 196 apud ROCHA, 2005, p.75).

No governo de Luís Filipe I, em 1830, buscava-se um consenso entre a burguesia industrial e a aristocracia para controlar as manifestações operárias, e nesse sentido, as ideias filosóficas espiritualistas foram expandidas com mais intensidade. Conforme Rocha (2005, p. 77), “o sistema eclético de Cousin caracteriza-se como uma ‘reação’ aos ideais progressistas que, em sua fase ascendente, a burguesia propagou”.

Naquele contexto, o ecletismo desempenhou um papel importante no estabelecimento de novas medidas de controle societário. Essa filosofia deu respaldo para o reestabelecimento da força política do antigo regime – como estratégia empenhada pela burguesia para se manter no domínio. Nesse sentido, o ecletismo é uma expressão do pensamento conservador, o qual cumpre uma função ideológica extremamente importante para a consolidação e manutenção da ordem instituída, servindo como um importante mecanismo de aceitação da sociedade capitalista, investindo na naturalização das desigualdades.

Enfim, o ecletismo se constituiu como uma reação à crise do pensamento moderno capitalista que não se baseava mais em ideais progressistas e em valores societários emancipatórios. Foi, pois, com o intuito de conter conflitos de classe e manter a ordem capitalista, que foram adotadas posturas teórico-metodológicas e ideológicas como o ecletismo.

### **Conservadorismo e sincretismo: elementos favorecedores do ecletismo no Serviço Social**

Ao longo de sua trajetória histórica, o Serviço Social passou por várias mudanças em relação a sua direção teórico-metodológica. Conforme Iamamoto (2004) o compromisso sociopolítico com o conservadorismo é um traço marcante durante as primeiras décadas de existência da profissão. No conservadorismo, os elementos da realidade são interpretados de forma superficial, dando maior importância à aparência dos fenômenos em lugar da essência e suas conseqüentes contradições. O conservadorismo presente na profissão, através de suas nuances ideológicas, favoreceu a influência do ecletismo na produção teórica do Serviço Social, principalmente em suas origens.

Barroco (2001) aponta que o conservadorismo em sua gênese se caracterizava como um projeto político de oposição histórica ao Iluminismo, ao liberalismo e às ideias socialistas. Porém,

quando a classe trabalhadora transformou-se em sujeito político com vistas à construção de uma nova ordem societária, em meados do século XIX, seu alvo de ataque passou a ser os trabalhadores e suas reivindicações. Ao valorizar o passado, a tradição, a autoridade fundada na hierarquia e na ordem, conseqüentemente, nega a razão, a democracia, a liberdade, a indústria, a tecnologia, enfim, as conquistas da Modernidade.

Em sua função ideológica, o conservadorismo, conforme aponta Barroco (2015, p. 624), reproduz um modo de ser fundamentado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes. No Brasil, na compreensão da autora, o conservadorismo tem reproduzido, historicamente, um modo de ser preservado pelas elites “com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo”.

O conservadorismo é, e sempre será, alimento necessário para a reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Em outras palavras, “é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

A ação do Serviço Social no momento de sua gênese era contribuir para que o burguês e o operário fossem solidários um com o outro, considerando que pertenciam a uma mesma “comunidade produtiva” que superava qualquer diferença social. As características do pensamento conservador apareciam enraizadas tanto no discurso quanto na prática do/a assistente social, contribuindo para a manutenção do instituído.

No Brasil, o Serviço Social surgiu na década de 1930, na ordem societária comandada pelo monopólio, sob a influência da Igreja Católica. Nesse período, o país vivenciava uma conjuntura turbulenta em decorrência das várias manifestações da classe trabalhadora<sup>2</sup>, que clamava por melhores condições de vida e de trabalho.

Na tentativa de “acalmar os ânimos” da classe trabalhadora e manter os seus interesses, a burguesia, juntamente com a Igreja Católica e o Estado, passou a impulsionar ações de caridade e benemerência a serem executadas pelas “damas de caridade”, mulheres de famílias que

---

<sup>2</sup> Conforme Iamamoto e Carvalho (2006), no período que compreende as décadas de 1920-1930 a classe operária vivia sob condições degradantes de vida e de trabalho. O baixo poder aquisitivo dos salários, as péssimas condições de moradia, dentre outros, tornaram necessária a organização do proletariado para sua defesa. Nesse contexto, destacam-se as “Ligas Operárias, que procuram aglutinar operários de diversos ofícios, tendo por objetivo a luta pela defesa de seus interesses comuns. Essas formas de agremiação deram origem às Sociedades de Resistência e Sindicatos [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 130).



possuíam um alto poder aquisitivo e que eram formadas conforme a doutrina Social da Igreja, com intuito de exercer ações sociais. Inicialmente as atividades eram voltadas para intervir nas expressões da questão social<sup>3</sup> geradas pela introdução do sistema capitalista no país, com um cunho moral e religioso, direcionadas ao trabalhador e sua família, na perspectiva do ajuste e enquadramento social. Ou seja, para o restabelecimento da moral do indivíduo e da família.

Piana (2009) aponta que nas décadas de 1940/1950 houve uma tendência de modernização do perfil profissional. Nesse contexto, o Serviço Social incorpora as influências norte-americanas. Os métodos importados dos Estados Unidos como o Serviço Social de Caso e o Serviço Social de Grupo passam a ser utilizados, a solução dos problemas pessoais, de relacionamento e de socialização tiveram um grande enfoque. Tais métodos são baseados no racionalismo formal abstrato, em que o entendimento da realidade se localiza ao nível dos fenômenos, na aparência do real.

As influências franco-belga e norte-americana foram determinantes no que diz respeito ao processo de formação e intervenção dos assistentes sociais. Durante esse processo foram mescladas as vertentes do conservadorismo católico e a razão formal-abstrata positivista.

Segundo Rocha (2005), a articulação entre essas duas matrizes ideológicas ligadas à correntes de pensamento distintas – a franco-belga vinculada ao pensamento católico e ao irracionalismo laico e a norte-americana ao funcional-positivismo – irão resultar no Ecletismo.

A partir dos anos 1960 se observa a gestação de uma trajetória de ruptura com as marcas de origem conservadoras da profissão, o que caracterizou o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que no Brasil configurou-se como um processo denominado por renovação do Serviço Social. Segundo Paulo Netto (1991) o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, principalmente na sua perspectiva de “intenção de ruptura”, buscava desvincular-se da herança conservadora da profissão, reconfigurando as suas bases teóricas, técnicas e políticas.

A reação à herança conservadora na profissão, principalmente na perspectiva de “intenção de ruptura”, que começou a ser gestada nos anos 1960, ganhando densidade no final

---

<sup>3</sup> A questão social, segundo Iamamoto e Carvalho (2006, p. 77), “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”.

dos anos 1970, foi forjando coletivamente o Projeto Ético-Político Profissional, o qual teve sua expressão máxima no III CBAS, conhecido como o “Congresso da Virada”, realizado em 1979, na Cidade de São Paulo,” [...] quando uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro [...]”(TEIXEIRA; BRAZ, 1999, p. 12).

Portanto, em meio ao embate contra o lastro conservador e confessional da profissão, nasceu o Projeto Ético-Político Profissional, o qual:

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (PAULO NETTO, 1999, p. 104-5).

Ancorado na teoria social crítica de Marx, esse projeto posiciona-se a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e aos serviços relativos às políticas e programas sociais. Declara-se radicalmente democrático, na perspectiva de defesa da presença e participação da sociedade na política e na socialização da riqueza socialmente produzida. Defende o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. Concebe, pois, o pluralismo como um dado factual da vida social e da profissão, que não impede a luta de ideias, o que o diferencia do ecletismo que resulta da sua degradação teórica (PAULO NETTO, 1999).

Como escreveu Guerra (2004), foi pelas conquistas impostas pelo referencial teórico marxiano que o Serviço Social passou a ser concebido como um campo plural de alternativas e lutas entre tendências, pluralismo que é expressão da convivência respeitosa entre diversas tendências teóricas e ideopolíticas e que se constituiu numa das maiores realizações da profissão.

Para Coutinho (1991), existem vários tipos de pluralismo, ou seja, o político ou ideológico, o estético, o sociológico, o partidário, o filosófico, o universitário e o pluralismo epistemológico, o que aqui foi privilegiado.

O Pluralismo epistemológico, conforme Coutinho (1991), é uma dimensão básica e complexa, pois envolve inúmeras implicações na elaboração do conhecimento. Logo, no campo da ciência natural ou social:

[...] é sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição do outro, considerando que essa posição, ao nos advertir para os nossos erros e limites, e ao fornecer sugestões, é necessária ao próprio desenvolvimento da nossa posição e, de modo geral, da ciência. [...] Vamos debater para chegar à descoberta de verdades tipicamente científicas, ou seja, com a certeza de que, para cada questão, só há uma resposta globalmente verdadeira (COUTINHO, 1991, p. 14).

Portanto, pode-se entender por Pluralismo, no terreno da produção do conhecimento, uma postura capaz de integrar conceitos e teorias que não sejam antagônicos ou contraditórios. Entendido como uma convivência democrática de ideias o pluralismo é uma conquista que deve ser defendida, tendo em vista que é uma das condições para o progresso científico.

No Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996, que materializam o Projeto Ético- Político, o pluralismo é defendido enquanto um princípio teórico e ético-político.

No Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 está explícito a “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual” (BRASIL, 2012, p. 24).

As Diretrizes Curriculares de 1996 expressam a importância do pluralismo ao indicar que:

[...] o exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impõe o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais (ABESS, 1996, p. 29).

Nesse sentido, o debate de ideias presente no pluralismo não pode ser confundido com a “mistura” de diferentes matrizes do conhecimento como acontece no ecletismo. Diferentemente do ecletismo o pluralismo não pode inibir a luta de ideias. Enfim, o pluralismo, deve ser, pois, claramente demarcado para que não sejam reeditados os equívocos cometidos na trajetória histórica da profissão.

Então, pode-se dizer que, a partir da década de 1980, com o aprofundamento teórico das obras de Marx, foi possível o Serviço Social adotar um posicionamento crítico, buscando romper com o arcabouço ideológico-cultural decorrente do pensamento conservador.

A partir desse momento, o Serviço Social passou a construir um amplo leque temático na sua produção teórica, o que indica um importante amadurecimento no âmbito da pesquisa. Contudo, não se pode omitir que, apesar dessas conquistas, observam-se influências de correntes teóricas distintas. Souza (2014), demarca presença no âmbito da produção de conhecimento do Serviço Social com influências teóricas de matizes diferenciadas, tais como estruturalista, funcionalista, weberiana e as ditas “pós-modernas”.

No que se refere à prática profissional, sabe-se que os/as Assistentes Sociais atuam nos vários âmbitos da vida social, ou seja, nas diversas expressões da questão social, que aparecem de imediato de maneira fragmentada, o que pode resultar no que Paulo Netto (1996a) denomina de sincretismo profissional, o qual teoricamente se expressa no ecletismo. Para o autor, a estrutura sincrética do Serviço Social é decorrente do modo difuso que as expressões da questão social se apresentam, constituindo para o Serviço Social um objeto polimórfico, ou seja, que se apresenta de diversas formas. As respostas setoriais e fragmentadas dadas pelo Estado as expressões da questão social, também reforçam o sincretismo.

Em consonância com Paulo Netto, Souza (2014) considera que são as bases sociomateriais da produção capitalista contidas nas estruturas do Estado e da sociedade civil-burguesa que reproduzem o sincretismo no exercício profissional. O fato de o Serviço Social possuir uma estrutura sincrética acaba reproduzindo, no campo teórico, o ecletismo.

Para que se possa superar os obstáculos advindos do conservadorismo da profissão, é necessário que exista na categoria profissional e no momento da formação dos/as assistentes sociais uma reflexão acerca dos pressupostos teóricos crítico-ontológicos da tradição marxista, que irão auxiliar os/as profissionais a fazerem análises qualificadas da realidade na sociedade burguesa contemporânea bem como delimitar os limites e possibilidades do Serviço Social enquanto profissão, inserida na divisão sociotécnica do trabalho.

Enfim, apesar do ecletismo ainda estar presente na literatura do Serviço Social, a produção de conhecimento tem se tornado cada vez mais qualificada, porém, o citado ecletismo vem sendo confundido por vezes com o pluralismo.

## **Transformações no mundo do trabalho e invasão do ideário pós-moderno no serviço social: mediações significativas para a permanência do ecletismo**

A crise do capitalismo que vem se arrastando desde a década de 1970 e seus vários desdobramentos em todos os âmbitos da vida em sociedade tornou-se um tema fartamente discutidos na bibliografia profissional na atualidade<sup>4</sup>. As transformações no mundo do trabalho, que envolvem o quadro de transformação dos padrões de produção e acumulação capitalista, o quadro da reestruturação produtiva apoiada pelo ideário neoliberal, as constantes alterações no processo de trabalho que se refletem na precarização da força de trabalho, são apoiadas por discursos que a classe dominante procura disseminar, discursos que sejam consensuais com tais transformações.

Na dinâmica capitalista dos anos 1970, sob o ideário neoliberal – que se coloca como alternativa política dos Estados nacionais para superar a “crise” do capitalismo em sua fase monopólica – é que se situa o quadro da ofensiva neoconservadora do mundo contemporâneo. As transformações promovidas pelo capitalismo a partir dos anos 1970 evidenciaram os sinais de esgotamento do ciclo de prosperidade do modo de produção capitalista dos 30 anos anteriores, o que ocorrera no mesmo contexto em que houve um “colapso” dos dois importantes projetos advindos do Iluminismo: a socialdemocracia clássica, embasada no pacto de classe, e a forma histórica concretizada do projeto socialista.

Nesse sentido, grandes implicações irão ocorrer no âmbito político ideológico, orientadas para uma determinada modalidade de comportamento, onde se objetiva a desmobilização do sentimento de solidariedade de classe. Como consequência, pode-se destacar uma grande ofensiva neoconservadora no cenário mundial contemporâneo.

Na tentativa de dar respostas à queda das taxas de lucro, o fordismo já não era mais tão “adequado” ao novo processo de produção. Assim, a burguesia passou a adotar um processo de flexibilização da produção, como um mecanismo empregado para a superação da queda da taxa

---

<sup>4</sup> Como sugestão as seguintes bibliografias que englobam o tema: PAULO NETTO, J. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In: Serviço Social e Sociedade*. nº 50. São Paulo: Cortez, 1996b; IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

de lucro. Conforme aponta Antunes (2006, p. 55), ao tentar dar respostas a sua própria crise o capital:

[...] iniciou um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor patamares de expansão anteriores.

O neoliberalismo veicula o discurso de que o problema da crise está localizado no Estado, e que, por isso, é necessário funcionalizá-lo. Assim, o Estado passou a reduzir cada vez mais os direitos sociais, atuando com políticas focalizadas e descentralizadas. Evidencia-se cada vez mais um processo de desresponsabilização do Estado, que facilmente pode ser verificado pelas grandes campanhas de apelo à solidariedade da sociedade civil, que vem sendo convocada a executar ações que antes era de responsabilidade do Estado.

A década de 1980, no Brasil, foi uma década bastante marcada pelas ações políticas organizadas da classe trabalhadora. Devido à grande compressão dos salários, aos altos índices de desemprego, queda de consumo e outros diversos fatores gerados pela estagnação econômica nos países da América Latina, os anos de 1980 ficaram conhecidos como os “os anos perdidos”. Porém, vale destacar que foi diante desse cenário que emergiu um novo processo político, a organização de significativos setores da sociedade civil.

Com o expressivo crescimento da organização dos sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, constatou-se na década de 1980 certa resistência à dominação. A classe dominante vivenciou um período de “restrição” ao seu poder de coerção sobre a classe trabalhadora. A burguesia passou, então, a utilizar-se de várias estratégias para conseguir apoio pacífico para os seus projetos. Desse modo, passou a introduzir seus valores na classe trabalhadora, investindo na reforma intelectual e moral. A forma que a burguesia encontrou para realizar tais reformas, foi utilizando-se dos desdobramentos objetivos da crise econômica na vida dos trabalhadores – como o desemprego e a compressão dos salários – para conseguir consentimento ativo para seu projeto. A ideia disseminada pela classe dominante foi de que a crise afetava igualmente toda a sociedade, independente da condição de classe dos sujeitos sociais, e que a saída para a crise exigia consensos e sacrifícios de todos (MOTA, 1995).

Nesse ambiente, o/a Assistente Social vem vivenciando transformações bastante consideráveis na sua relação de trabalho, nas demandas que lhe chegam e nas respostas conferidas, pois,

[...] esse é o contexto que altera a demanda de trabalho do assistente social, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas. Verifica-se ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e meios de acessá-los. Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do nosso exercício profissional, porque ele se efetiva pela mediação das condições de assalariamento (IAMAMOTO, 2002, p. 19).

Logo, os/ as Assistentes Sociais estão desafiados/as a dar respostas às mais variadas expressões da questão social através de políticas sociais setoriais, e, a maioria delas, não universais. Em grande medida, os/as profissionais se deparam com um variado número de demandas, o que acaba refletindo, dentre outros, na sobrecarga de trabalho e nas respostas profissionais, as quais, de modo geral, têm se dado de forma emergencial e pontual.

No Brasil, no contexto atual, com a aprovação da Lei da Terceirização e a Emenda Constitucional 95/2016 que congela os gastos públicos por 20 anos, bem como com a reforma trabalhista e a reforma da previdência, fortes ataques aos direitos dos trabalhadores estão ocorrendo, provocando o agudizamento das expressões da questão social e, conseqüentemente, grandes desafios para as profissões que lidam com o social, dentre elas o Serviço Social.

Para Guerra (2010), a atual fase do capitalismo e suas implicações para o Serviço Social e para o mercado de trabalho tende a fortalecer o desenvolvimento de práticas autoritárias, a refilantropização da questão social e a assistencialização das políticas sociais e intervenções individualizantes e desarticuladas.

Dessa maneira, as condições necessárias para que os profissionais possam ultrapassar a aparência dos fenômenos que se apresentam em sua singularidade, em busca de desvelar a sua essência, vem tornando-se cada vez mais precárias, reforçando a estrutura sincrética da profissão e, conseqüentemente, o ecletismo e a reatualização do conservadorismo, contribuindo para a conservação da sociabilidade capitalista.

Vale destacar que o /a Assistente Social atua no cotidiano, o qual, conforme Heller (1992) é permeado por algumas determinações fundamentais, quais sejam: a heterogeneidade,

a imediatividade, e a superficialidade extensiva. Razão pela qual fazer análises crítica da realidade, apesar de ser uma tarefa árdua, é um objetivo que não pode deixar de ser perseguido pelos/as profissionais do Serviço Social, que têm na apreensão da realidade um dos instrumentos mais importantes para definir e qualificar a sua atuação.

Soma-se a esses desafios elencados acima, o ideário pós-moderno, o qual apreende a realidade de forma fragmentada, desconsiderando a sua essência. Conforme aponta Rocha (2005), o discurso pós-moderno é baseado no fragmentário, no efêmero, no descontínuo, o que acaba fortalecendo a alienação e a reificação do presente, não levando em conta a totalidade da vida social.

Foi no contexto do final dos anos 1970, que segundo Silveira Junior (2016), se localiza o ponto em que o pensamento pós-moderno arranca em definitivo no mundo da cultura. O discurso pós-moderno rejeita as metanarrativas, centra-se em uma ideologia fundada nas teorias do fragmentário e do efêmero, fortalecendo a alienação e, portando, uma racionalidade isenta de análise histórica, crítica e dialética.

Para Duriguetto (2009, p. 2), “a visão de mundo pós-moderna é também uma ofensiva ideológica e cultural do capitalismo contemporâneo”. Logo, a pós-modernidade constitui-se como um reflexo da hegemonia ideológica burguesa no estágio do capital flexibilizado.

Na atualidade, o Serviço Social recebe a influência da pós-modernidade, que se configura como expressão do neoconservadorismo. O diálogo da pós-modernidade no Serviço Social tende a interpretar a realidade de forma simplista e sem problematização. Assim como coloca Josiane Soares Santos (2007), que é comum a designação de “ofensiva neoconservadora pós-moderna”, o que expõe o entendimento de que o pensamento pós-moderno é degradante, tendo em vista que carrega o traço neoconservador, de influência prejudicial na teoria e na prática do Serviço Social.

Santos (2007) ainda comenta que os rebatimentos do neoconservadorismo pós-moderno no Serviço Social brasileiro acarreta posicionamentos que retrocedem nos avanços conquistados pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, visto que o uso de determinadas ideias advindas com o pensamento pós-moderno na categoria de pesquisadores do Serviço Social manifesta uma aceitação acrítica dos fundamentos deste pensamento. Bem como reafirma uma



concepção endógena do Serviço Social, intervenções fragmentadas, um grande reforço à singularidade em detrimento da universalidade, à positividade e à particularização da profissão com foco na metodologia.

A adesão ao ideário pós-moderno por inúmeros estudiosos do Serviço Social é considerado como uma “[...] tendência do sincretismo ideológico constitutivo do tecido profissional [...], somada à também já histórica afeição pelas dimensões ‘microsociais’ da realidade social” (SANTOS, 2007, p. 85). Nesse sentido, o Serviço Social já manifestava uma “predisposição” de absorção de teorias diversas e busca de análises fragmentadas da realidade, o que acabou fomentando a propensão da introdução do pensamento pós-moderno nas suas discussões teóricas.

No pensamento pós-moderno, as relações sociais são tidas como relações instáveis, não duradouras. O referido pensamento exerce a função social de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital, tornando-se um instrumento de legitimação do discurso neoliberal e bastante pertinente para mascarar as injustiças sociais, e manter o conservadorismo. Nesse sentido, de acordo com Josiane Soares Santos (2007), a pós-modernidade para além de ser a linguagem coadunante com o novo estágio desta sociedade no modelo neoliberal, é a linguagem que a legitima e reforça.

Uma característica da pós-modernidade abordada por Jair Ferreira dos Santos (1980) é a propensão em mesclar tendências incomuns, ou seja, estilos diversificados, o que constitui o ecletismo. O referido autor destaca que isto ocorre em todas as áreas, sejam nas artes, na literatura, ou na filosofia, quando teóricos cruzam ideologias diversificadas.

Para Bezerra (2009, p. 313-314),

[...] o que vigora hoje seria um “paradigma da diferença”, quando uma grande variedade de conflitos parece substituir a luta de classes. Diante deste cenário ‘pós-moderno’, percebemos a recuperação de uma perspectiva individualista e aclassista, onde a identidade humana não se coloca como algo dado, mas como uma ‘tarefa’, uma possibilidade, diante das inúmeras subjetividades que se encontram em disputa no cenário político.

A “crise” da teoria social marxiana é utilizada pelos ideólogos pós-modernos como justificativa da necessidade de alternativas de pensamentos, de aberturas para o entendimento

do mundo contemporâneo no âmbito do conhecimento. Nesse sentido, a falsa crise do pensamento social contemporâneo tem aberto um grande espaço para as tendências teóricas ecléticas. Na cultura pós-moderna, os sujeitos possuem identidades variáveis e incertas, não havendo uma identidade coletiva, com base na classe social. Parte-se do pressuposto de que as análises do real a partir da perspectiva de totalidade (como a marxista) não fazem sentido, pois haveria uma pluralidade de realidades fragmentadas que impossibilitaria a apreensão do real como um todo. Nesse sentido, há a necessidade de novos paradigmas, de novos caminhos que possam superar as dificuldades de interpretação da realidade.

Segundo Rocha (2005), a tônica da busca por novos paradigmas é o pluralismo metodológico, o entrecruzamento dos paradigmas, o que torna, “imprescindível o diálogo entre marxismo, estruturalismo, fenomenologia, interacionismo simbólico, hermenêutica, racionalismo crítico, funcionalismo e, ainda, outras abordagens micro, culturais, de gênero, psicológicas” (ROCHA, 2005, p. 149).

Tonet (1995) destaca que a proposta do pluralismo metodológico é uma nova versão da tradição empirista, que apenas mostra como as coisas funcionam, mas não o porquê que elas são assim. Em uma abordagem ontológica se busca a gênese e o sentido do conhecimento que funda o ser social. A diferença entre a abordagem ontológica e a gnosiológica é que, a primeira permite e exige a captura do objeto enquanto totalidade e tem a totalidade como categoria central, já a segunda, com a ausência da categoria totalidade pode apenas capturar momentos parciais.

No Serviço Social, portanto, as influências da crítica pós-moderna, como enfatizou Josiane Soares Santos (2007), ecoa com facilidade, pois a sua profissionalidade foi eivada de elementos antimodernos, os quais, do ponto de vista ideo-teórico, se expressam no conservadorismo, que se constitui como um fio condutor da aproximação pós-moderna, orquestrada pelo sincretismo e sua permanente ausência de reservas críticas. Ou seja, o conservadorismo e o sincretismo, substratos ideo-teóricos do Serviço Social, se constituem vias de aproximação entre a profissão e o pensamento pós-moderno, pois, ambos se coadunam em sua antimodernidade.

Portanto, diferentemente da perspectiva ontológica, a cultura da pós-modernidade com sua centralidade no sujeito e no fragmento, termina por reforçar com a perspectiva conservadora na profissão bem como às tendências sincréticas e ecléticas.

### **Considerações finais**

Esta caminhada propiciou entender como a presença do ecletismo no Serviço Social inviabiliza a apreensão do real na sua essência, assim como contribui para a recuperação dos traços conservadores da profissão. A presença do ecletismo revela que o conservadorismo tem sido recuperado na atualidade, se constituindo como um elemento presente tanto na produção teórica do Serviço Social, bem como nas demais dimensões da profissão, tendendo afastar a categoria profissional da direção social estratégica do Projeto Ético-Político Profissional, que defende valores emancipatórios.

Foi observado que as raízes socio-históricas do ecletismo localizam-se no período da decadência filosófica burguesa entre os anos 1830 e 1848. Surge como uma estratégia ideopolítica para a manutenção da ordem capitalista, no movimento de expansão e consolidação do capitalismo na França.

As atuais configurações do mundo do trabalho têm colocado os/as profissionais de Serviço Social no cerne de uma questão bastante complexa, na qual são chamados/as a atender novas e velhas demandas, ao mesmo tempo em que são atingidos pela sua condição de trabalhador, sujeitos aos ditames do capital. Nesse contexto, permanece a velha requisição para atuar de maneira fragmentada, seletiva, pontual, imediata etc., nas expressões da questão social, não sendo oferecidas as condições necessárias para a ultrapassagem da aparência dos fenômenos, rumo ao desvelamento da sua essência

Mesmo que o Serviço Social na contemporaneidade tenha expressado um significativo afastamento das influências ecléticas, em decorrência do aprofundamento teórico das obras de Marx, que passou a dar fundamentos científicos mais sólidos para a atuação dos/as profissionais, observa-se a interferência na profissão do discurso pós-moderno, o qual tende a interpretar a realidade de forma simplista e fragmentada. Discurso este que carrega um traço neoconservador,

visto que reatualiza procedimentos teórico-metodológicos do conservadorismo bem como do ecletismo.

Dessa forma, a influência pós-moderna tem trazido sérias implicações para a profissão, visto que reforça intervenções fragmentadas, quando privilegia a singularidade em detrimento da universalidade, reatualizando o conservadorismo e as tendências ecléticas.

## Referências

ANTUNES, R. L. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed., São Paulo: Cortez, 2006.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. nº ABESS/CEDEPSS 50. Ano XVII. Abril de 1996. São Paulo: Cortez, 1996.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez Editora, 2001

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, nº 124, p. 623-636, 2015.

BEZERRA, C. S. Modernidade e pós-modernidade: formulações conceituais e desafios teóricos. *In: Seminario latinoamericano de escuelas de trabajo social*, 19. 2009. Guayaquil. **Anais eletrônicos**. Guayaquil: EUCR, 2009. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-272.pdf>. Acesso em: 15/ 03/ 2017.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, nº 124, p. 637- 651, 2015.

BRASIL. [Código de ética do/a assistente social]. **Lei 8.662 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. 10. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

COSTA, S. Revolução e contrarrevolução na França. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999, p. 196 apud ROCHA, S. N. R. **A Influência do Ecletismo na Produção Teórica do Serviço Social na Contemporaneidade**. Recife: O Autor, 2005. 309 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, p.75.

COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**. São Paulo, nº 4, p. 5-17, 1991.

DURIGUETTO, M. L. **O olhar pós-moderno dos Novos Movimentos Sociais**. In: XIX Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 2009. Guayaquil - Equador. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-305.pdf>. Acesso em: 09/06/2020.

FORMIGAZI, L. La cultura dela restaurazione. In: MERKER, N. Storia dela Filosofia moderna e contemporânea: La società industriale moderna. Roma: Riuniti, V.II, 1997 apud ROCHA, S. N. R. **A Influência do Ecletismo na Produção Teórica do Serviço Social na Contemporaneidade**. Recife: O Autor, 2005. 309 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005, p.64.

GEORGES, G. **As Revoluções da França e da América**: a violência e a sabedoria. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1993.

GUERRA, Y. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. In: **Revista Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, nº 10, 2004, p. 12- 45.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 104, p.715 -736, São Paulo: Cortez, out/dez. 2010.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IAMAMOTO, M. V. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do (a) Assistente Social na Atualidade. In: **Atribuições privativas do (a) assistente social em questão**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2002.

IAMAMOTO, M. V. Conservadorismo e Serviço Social. In: **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 7ª. Ed – São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

MORA, J. F. **Dicionário de Filosofia**. 2.ed. São Paulo: Loyola. 2004.

PAULO NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996a.

PAULO NETTO, J. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In: Serviço Social e Sociedade*. nº 50. São Paulo: Cortez, 1996b.

PAULO NETTO, J. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CFESS/ABEPSS/UNB/CEAD, 1999, p. 91 -110.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-04.pdf>. Acesso em: 25/ 05/ 2020.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da filosofia**: antiguidade e Idade Média. São Paulo: Paulus, 1990.

ROCHA, S. N. Rodrigues. **A Influência do Ecletismo na Produção Teórica do Serviço Social na Contemporaneidade**. Recife: O Autor, 2005. 309 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SANTOS, Jair F. dos. **O que é Pós-Modernismo**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, Josiane S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. v.132. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SILVEIRA JUNIOR, A. A. A cultura pós-moderna no serviço social em tempos de crise. **Revista Temporalis**, nº 31, p.167-187, Brasília. jan. /jun. 2016.

SOBOUL, A. **A revolução Francesa**: edição comemorativa do bicentenário da Revolução francesa. 9 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

SOUZA, J. M. A. de. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 119, p. 531- 558, São Paulo: Cortez, jul./set. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000300007). Acesso em: 09/ 06/ 2020.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 1999, p. 185 -189.

TONET, I. O pluralismo metodológico: um falso caminho. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. Editora Cortez, nº 48, ago. 1995, p. 35-57.

**Recebido em: 17/08/2021**

**Aceito em: 10/01/2022**